

**SOLEIDE STRINGARI**

**O BALANÇO SOCIAL E O DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO COMO  
INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA AS EMPRESAS.**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Contabilidade do Setor  
de Ciências Sociais Aplicadas da  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito para obtenção do título de  
Especialista no Curso de Pós-graduação  
em Gestão de Negócios 2002.

Orientador: Prof. Esp. Ernildo José  
Lanzarini

**CURITIBA  
2003**

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – A FUNÇÃO CONTÁBIL.....</b>	<b>3</b>
1.1. Contabilidade Social.....	5
<b>CAPÍTULO II – DEFINIÇÃO/OBJETIVOS DO BALANÇO SOCIAL.....</b>	<b>8</b>
2.1. Surgimento do Balanço Social.....	8
2.2. A questão ambiental.....	12
2.3. Os recursos humanos.....	18
<b>CAPÍTULO III – A HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL.....</b>	<b>22</b>
3.1. A evolução no Brasil.....	22
3.2. O Balanço Social e a transparência nas empresas.....	26
3.3. Composição do Balanço Social.....	27
<b>CAPÍTULO IV – O DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO.....</b>	<b>30</b>
4.1. Modelo de Valor Adicionado.....	33
4.2. Exemplo de Demonstrativo de Valor Adicionado.....	35
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>40</b>

## RESUMO

**STRINGARI, Soleide. O BALANÇO SOCIAL E O DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA AS EMPRESAS.** Essa Monografia tem por objetivo realizar um estudo sobre o Balanço Social e o Demonstrativo do Valor Adicionado como instrumentos de **gestão** para as empresas. No contexto atual a sociedade precisa da empresa. Porém, esta precisa muito mais da sociedade; sem o seu aval nenhuma empresa permanece no mercado por muito tempo. O **Balanço Social** é um instrumento de **informação** da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente. Este instrumento tem o potencial para demonstrar o lado social e humano das empresas, sua responsabilidade social e compromisso com as gerações presentes e futuras. Trata-se de uma idéia já discutida há décadas e que ainda carece de discussão, mas que precisa ser abraçada. Os benefícios serão para a **sociedade** como um todo e para a própria empresa. O Balanço Social não deve ser obrigatório por lei, mas sim por princípios morais, éticos, de respeito e **responsabilidade social**.

## INTRODUÇÃO

A empresa e os empresários enfrentam no mundo de hoje alguns desafios consideráveis. Em relação à empresa, todos se acostumaram a ver nelas estruturas de administração estritamente lógica e racional, baseada em critérios objetivos, capazes de orientar-se adequadamente na tomada de melhor decisão possível. No que se refere aos empresários, todos se habituaram a ver neles altamente capacitados, para um desempenho eficiente, sem qualquer limitação possível.

Todos esses aspectos são verdadeiros e permanecem válidos, no que se refere à maioria dos aspectos relativos à atividade empresarial, desde que existam instrumentos adequados de avaliação para o desempenho da empresa, no que se refere a cada um desses aspectos. Alguns desses, porém, permanecem carentes de tais instrumentos; é o que acontece basicamente no que se refere aos aspectos humanos e sociais na vida da empresa. Para Peter Drucker “o capital por si cria um passivo. Se contarmos com recursos humanos, os recursos empresariais destinados a fazer com que o capital se multiplique e seja realmente efetivo não trarão o desenvolvimento, seja qual for o capital investido”.

Para cobrir a carência apontada, de instrumentos eficientes de avaliação do desempenho da empresa no que se refere aos aspectos humano e social, em diversos países e em importantes centros empresariais vem se desenvolvendo a sistemática correspondente ao Balanço Social.

O objetivo deste trabalho é o estudo do balanço social no processo de gestão das empresas. A Contabilidade é uma ciência que vem aprimorando-se ao longo dos anos através de princípios, convenções, postulados, novos conceitos, novas tendências e novas práticas contábeis. Com todos esses avanços, surgiu a idéia de que a empresa deve não só elaborar Demonstrações Financeiras que evidenciam o quanto foi recebido e gasto durante determinado período visando apenas a otimização e a maximização dos lucros, mas sim assumir compromissos de natureza econômica e social.

Em meio a essa evolução, a partir da metade deste século, foi introduzido no vocabulário brasileiro, a expressão Balanço Social como uma forte arma para analisar a atuação das empresas, tentando colocar, assim, a idéia de que a empresa não é apenas um agente econômico objetivando riquezas, mas é também um ente social, promovendo o bem estar social.

Entende-se por Balanço Social, como um conjunto de informações econômicas e sociais, objetivando a divulgação sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade, informações estas que servirão de instrumentos gerenciais indispensáveis aos administradores das empresas e à sociedade de um modo geral, atendendo às necessidades de seus usuários (Moreira,2001).

A abordagem é feita através de uma busca da literatura sobre o assunto e de referências à pesquisa de caráter qualitativo. A origem deste demonstrativo ocorreu por volta da década de 60. No Brasil é mais recente, ocorrendo de forma mais evidente no final da década de 90. Vem sendo praticado por várias empresas. Se constitui, num dos principais instrumentos de informação das ações das empresas em relação aos seus empregados, comunidade e ao meio ambiente.

No primeiro capítulo será feito uma abordagem sobre a função da contabilidade, descrevendo seus objetivos, bem como a evolução histórica desta ciência e da sua função social. No capítulo segundo, abordaremos a definição de balanço social e os seus objetivos, em que contexto surgiu e as razões que levaram as empresas a adotar a prática de sua publicação. No terceiro capítulo, será feita uma abordagem histórica sobre o Balanço Social. O quarto capítulo descreve a definição, função e objetivos do demonstrativo do Valor Adicionado. Finalmente o quinto capítulo está reservado às conclusões do trabalho.

## 1 - A Função Contábil

A Contabilidade tem por objetivo estudar a riqueza patrimonial individualizada, levando em consideração aspectos quantitativos e qualitativos, cujos objetivos são a geração de informações e explicação de fenômenos patrimoniais, isso possibilita o controle, a análise, avaliação, planejamento, bem como a tomada de decisão. O objetivo é servir aos diversos usuários, para que possam buscar a prosperidade da entidade e da sociedade.

Os primeiros registros contábeis remontam a 4.000 anos AC . A Contabilidade sempre teve por objetivo a informação. No início servia apenas ao próprio proprietário

A Ciência contábil coleta dados que são processados em modelos contábeis construídos de acordo com a realidade da organização, objetivando a geração de uma série de informações úteis às atividades de gestão, ou seja, a Contabilidade serve como um importante instrumento de apoio à gestão (Kroetz,2000).

Por vários anos, o principal usuário da Contabilidade foi o proprietário, gestor individual de seu negócio. As demonstrações contábeis que surgiram há vários séculos eram elaboradas unicamente para o atendimento das necessidades internas dos gestores. Posteriormente, com o crescimento e o desenvolvimento das organizações, surgiram os credores, os quais se tornaram parceiros dos negócios, e passaram a fazer exigências quanto a informações contábeis, especialmente as referentes à capacidade financeira da empresa de honrar seus compromissos. Posteriormente, o Estado, a partir do século XVII – inicialmente na França - , passou a usar a contabilidade das empresas para poder exercer controle e impor política tributária, visando arrecadar tributos, para atender a seus compromissos de gerir a máquina pública. Com o surgimento das grandes empresas no final do século XIX, faziam-se necessários grandes investimentos, os quais demandavam novos investidores, que, por sua vez, implicou uma maior abertura das organizações, quanto a revelarem a darem transparências da situação econômica e financeira,

permitindo com isso a captação de recursos de investidores externos, que visavam a remuneração adequada e o fluxo regular de dividendos para seus investimentos. A Contabilidade então amplia o leque de informações que prestava a seus usuários, o que mostrava com regularidade seu desempenho econômico e financeiro (Tinoco, 2001, pag. 27).

A área de atuação da Contabilidade compreende qualquer entidade e/ou pessoa física e jurídica, que tenha seu patrimônio definido e delimitado. Procurando prestar a essas entidades colaboração para sua própria existência, já que sem o controle e sem as informações fornecidas pela Contabilidade seria inviável a tais organismos alcançar suas finalidades. Estas entidades têm-se modificado tanto em tamanho como em complexidade, tornando a Contabilidade cada vez mais um indispensável instrumento para sua segurança e prosperidade, pois é a Ciência Contábil que estuda, controla, avalia e analisa o patrimônio das organizações, registra os fatos ocorridos, com o objetivo de mostrar a qualquer momento o estado da organização e as variações ocorridas. A Contabilidade é indispensável para se conhecer e controlar as variações do patrimônio, riqueza que é imprescindível para a satisfação das necessidades humanas e da vida em sociedade (Kroetz, 2000 Pag. 29).

## 1.1 Contabilidade Social

O propósito de toda a ciência é produzir conhecimento e evidenciar sua utilidade. Apesar disso, nas ciências sociais a teorização do saber deve necessariamente transcender seu objeto buscando o bem-estar social, isto é, agindo como uma mediadora para que a sociedade se desenvolva, possibilitando a igualdade entre os homens. Por sua vez a Contabilidade traz essa preocupação por meio de suas leis, princípios, teorias, métodos, instrumentos etc., buscando a demonstração da realidade patrimonial e, principalmente a relação dela com o ambiente social (Kroetz, 2000 Pag. 31).

Nas palavras de Braga,<sup>1</sup>

“conciliar o lucro com o ativismo ambiental e social não é apenas possível como está se tornando cada vez mais necessário na vida das grandes empresas. O envolvimento das empresas com questões ambientais e sociais , como saúde, educação e segurança, não é filantropia nem relações públicas, mas uma exigência para manter-se a competitividade no longo prazo”.

Através da Contabilidade Social, a qual estuda a participação da empresa no campo social, será possível para a Sociedade exigir dos gestores uma postura social, a qual será levada em conta no momento da escolha de determinado produto. Ainda pela Contabilidade Social ocorre um intercâmbio entre o ser humano, a sociedade e a entidade, pois, na atual estrutura social, esse tripé mantém uma constante interligação. Nas palavras de Silva et alii, “a Contabilidade Financeira, enquanto ciência/técnica de classificação, medida, registro e interpretação de fatos econômicos, não satisfaz totalmente às necessidades de informação dos atores sociais e não proporciona bases suficientes para apreciar a eficácia das empresas”. Por isso os Sistemas de Informações Contábeis englobam às informações financeiras outras de caráter social e ecológico, dentro da perspectiva de serem aproveitadas efetivamente como informações gerenciais, com qualidade para servirem de base para a tomada de decisão (Kroetz, 2000 Pag. 32).

---

<sup>1</sup> BRAGA, Hugo R. A responsabilidade do contador perante a sociedade. Boletim do Ibracon. São Paulo, 20, nº 232 p. 6, set. 1997.



Ainda conforme Silva et alii, na década de 70 conceituava-se Contabilidade Social como “um processo de seleção de variáveis, medidas e procedimentos para avaliar a atividade social da empresa com o objetivo de produzir informação relevante e divulgá-la aos públicos interessados, internos e externos”. Mais recentemente Gray et al. (1996) a definem como um processo de divulgação, a grupos particulares e à sociedade em geral, dos impactos sociais e ambientais resultantes da atividade econômica das organizações, que vão além da informação econômica e financeira que é fornecida aos detentores do seu capital. Para Silva et alii a Contabilidade Social apresenta muitas limitações, pois ainda é um segmento relativamente novo da Contabilidade se comparada à Contabilidade Financeira que vem evoluindo e sofrendo aperfeiçoamento há 5.000 anos, enquanto as preocupações com os problemas sociais só aparecem na década de sessenta. Apesar disso trata-se de uma divisão da Contabilidade que não pode ser ignorada pelos profissionais desta área científica, em virtude das suas potencialidades para melhorar significativamente os modelos existentes de avaliação da eficácia das empresas.

A Contabilidade Social deve ser estudada, teorizada e efetivada, não de forma isolada da Contabilidade Financeira, pois as duas em conjunto poderão suprir as necessidades informativas de todos os usuários interessados nos processos organizacionais. A sociedade exige das organizações, por meio dos seus gestores, maior clareza em suas ações, para que possam ser responsabilizados por seus atos, e para que o ser humano, enquanto cidadão e consumidor, tenha opção de escolha no momento em que adquire seus produtos, observando não apenas preço e qualidade, mas também a relação entre a entidade e o meio ambiente, e a entidade e a sociedade.

Através da Contabilidade Social é possível compreender a entidade como uma relação entre pessoas, produção e plenitude. Nessa entidade, por meio da mutação da riqueza individualizada, que ocorre a interligação com o meio ambiente externo, influenciando-o diretamente e também recebendo dele influências. A Contabilidade busca os impactos sobre a circulação entre a entidade e a sociedade, ou seja, sobre as atividades da empresa, registrando, demonstrando, avaliando e explicando os dados sobre a atividade social e

ambiental da entidade, de modo que, no final de cada exercício, ou a qualquer momento, se possa preparar as informações, como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado (Kroetz, 2000 pag 54).

## **2 – DEFINIÇÃO/OBJETIVOS DO BALANÇO SOCIAL**

### **2.1 Surgimento do Balanço Social:**

É na década de 60 do século XX, que os trabalhadores, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, passaram a fazer exigências às organizações no sentido de obterem informações relativas ao seu desempenho econômico e social, dessa maneira ampliando a informação que as organizações forneciam e juntando a estas as informações sociais, especialmente àquelas referentes ao emprego. Nos últimos anos, a sociedade vem propugnando por maior abertura, no que se refere à revelação de informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais, que possam justificar a razão de ser das entidades, como sujeitos públicos, inserindo-se, portanto, no contexto dos usuários do Balanço Social. As entidades usufruem dos recursos naturais, que constituem parte integrante do patrimônio da humanidade, utilizam recursos humanos, físicos e tecnológicos, que pertencem a pessoas e portanto à sociedade. As organizações vivem em função da sociedade, portanto devem revelar, como contrapartida, informações de como usam eficiente e eficazmente tais recursos.

Nas palavras de Carvalho (1990):

“A empresa enquanto organização social com objetivos próprios e motivada economicamente, recebe inputs da sociedade em forma de pessoas, materiais e informação, e transforma esses recursos em outputs de produtos, serviços e remuneração dos membros da organização suficientemente grande para manter a sua participação. A empresa é ou deveria ser local privilegiado em que os interesses particulares se fundem no interesse geral. Ela define-se realmente pelas suas funções ou pelos seus objetivos em relação a um meio ambiente constituído pela sociedade global: o mundo socioeconômico, que se chama mercado”.

A atividade econômica teve ao longo dos séculos vultosa expansão sob os aspectos quantitativo e qualitativo. A diversificação dos segmentos econômicos foi bastante expressiva. A complexidade dos processos operacionais atingiu níveis extremos, comparativamente aos processos artesanais mais primitivos,

bem como os volumes de produção. Estas abruptas transformações são decorrentes do significativo avanço tecnológico, o qual foi impulsionado pelas crescentes necessidades da sociedade. Há uma interação entre ambos os fatores, pois sem desenvolvimento tecnológico não há possibilidade de expansão da economia, e por outro lado, se esta não se desenvolver, qualquer melhoria tecnológica pode se tornar inútil (Ribeiro e Lisboa, 2002).

O crescimento das atividades econômicas e os avanços tecnológicos estão intimamente relacionados com o aumento populacional, dado que há necessidade da existência do mercado consumidor para a absorção do produto de ambos: atividades econômicas e novas tecnologias. O inverso também é verdadeiro. O aumento demográfico, e a conseqüente elevação na demanda, é que impulsionam a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novas tecnologias.

A sociedade sobrevive dos benefícios gerados pelas atividades econômicas, bem como sofre os impactos destas. Os efeitos nocivos decorrentes destas atividades econômicas não internalizados oneram o meio externo acarretando perdas na qualidade de vida da população (aumento do índice de doenças) e destruição dos recursos naturais (contaminação das águas, do ar, dos solos, extinção de espécies animais, vegetais e minerais etc.). Estes ônus atingem financeiramente as famílias e governos locais, obrigando estes a realizar maiores investimentos na área de saúde: aquisição de medicamentos, implementação de novos postos e de equipamentos hospitalares. Tanto são os agentes capacitados ao desenvolvimento das atividades econômicas, bem como diversos são os recursos e conhecimentos para o avanço tecnológico, que a instituição de novas empresas deve ser precedida da avaliação dos impactos negativos sobre o meio externo. Porém, este tipo de avaliação não deve estar restrito ao momento que antecede a constituição da empresa; deve ocorrer periodicamente, após o início de suas atividades operacionais e, até antes do encerramento de atividades, no sentido de obrigar eventuais poluidores à restauração do local antes do seu abandono.

Este tipo de avaliação permite conhecer os benefícios gerados em função da existência de uma empresa específica, bem como identificar aquelas que

geram prejuízos sociais ou que não acrescentam nenhum valor à qualidade de vida da comunidade onde estão inseridas.

Reconhecidamente as empresas que geram empregos proporcionam benefícios sociais. Entretanto, há que se avaliar se o montante de impostos pagos e a ocupação da mão-de-obra local são compatíveis com os gastos governamentais para prover a infra-estrutura necessária à manutenção da empresa, como fornecimento de água, energia elétrica, serviços de esgotos, de saneamento básico, de manutenção das vias públicas, infra-estrutura hospitalar etc. Além dos impactos sobre o patrimônio natural não passíveis de mensuração, mas que originam relevantes reduções do mesmo e portanto diminuição, se não eliminação, da qualidade e das alternativas de continuidade de vida humana local (Ribeiro e Lisboa, 2002).

A Contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social. Segundo Jacques Ehram – Ex-presidente da Singer Francesa:

“os resultados da empresa dependem cada vez mais da eficiência e das motivações de todos que nela trabalham. O lucro continua indispensável para a nossa sobrevivência, mas não deve mais constituir nossa única finalidade; a ele é imprescindível que se somem objetivos de ordem humana, como a satisfação dos assalariados e dos clientes e a proteção e a melhoria do ambiente”.

Aos que destinarem alguns minutos de seu tempo para ouvir o que clama a sociedade perceberão que os seres humanos estão cansados de guerras, de serem tratados como máquinas – a serviço quase exclusivo do capital – e, também, que estão exaustos de presenciar as injustiças, a destruição ambiental e de viver sem perspectiva. O caminho do futuro passa pelo desejo da paz, da harmonia e, cada vez mais, da ligação entre o intelecto e o espírito – o homem como centro e agente preparador de um novo mundo. Desta forma as organizações procuram adaptar-se às novas tendências, pois são as

atitudes administrativas as grandes propulsoras das mudanças sociais e ambientais, favoráveis ou desfavoráveis (Kroetz,2000). Para Lopes de Sá, “a prosperidade da sociedade depende da prosperidade das células sociais”, ou seja, das entidades que atuam e formam a sociedade.

Viver em sociedade significa obrigar o homem a abdicar de algumas vontades pessoais e adequar-se à cultura e tradição da nação e para isso são necessários instrumentos capazes de comprovar a relação harmônica entre os segmentos sociais. Nesse sentido, o Balanço Social, se apresenta como um instrumento que permite identificar e demonstrar os impactos recebidos e causados pela entidade em relação aos ambientes social e ecológico. Procura também identificar as relações organizacionais com seus empregados, com a comunidade e com o meio ambiente, além de quantificá-los.

Segundo Silva et alii,<sup>2</sup>

“ medir esses impactos é uma tarefa que apresenta inúmeros problemas metodológicos difíceis de ultrapassar. Por isso, existe grande interesse em que o desenvolvimento da informação social não se processe de uma forma anárquica, em que cada empresa informe do que lhe convém, utilizando critérios e medidas particulares variáveis e discutíveis”.

Nesse contexto surge a Contabilidade com sua cultura e tecnologia, que oferece aos profissionais subsídios para demonstrar e analisar a responsabilidade social e ecológica da entidade. Entre os objetivos do Balanço Social, podemos destacar:

- a) revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;

---

<sup>2</sup> SILVA, João Pina da et al. Op. Cit. P. 31

- d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisões dos mais diversos usuários;
- f) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- g) servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- h) melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;

O Balanço Social na sua concepção mais ampla envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade e a economia local e recursos humanos.

Em termos ideais uma empresa somente poderia exercer suas atividades se o custo-benefício da sua existência fosse positivo. A empresa que agride o meio ambiente, conseqüentemente coloca em risco a continuidade da vida humana ou reduz a qualidade desta; aquela que não propicia condições adequadas de trabalho contribui para a degeneração psicológica e social dos trabalhadores; e aquelas que não adicionam valor à economia local fazem com que a aplicação de recursos governamentais não resulte nos benefícios esperado na região onde estão situadas.

## **2.2 A Questão Ambiental**

Ao longo dos séculos as atividades econômicas foram instaladas e mantidas sem qualquer preocupação com seus efeitos sobre o meio natural. Com isso, encontram-se hoje grandes extensões de águas correntes e solos totalmente (ou em vias de tornarem-se) improdutivos ou inabitáveis em função

dos dejetos poluentes deixados por empresas que ali estavam (ou estão) sediadas. O ar carregado de grandes teores de emissões tóxicas, em algumas regiões, provocaram (e ainda provocam) elevadas quantidades de casos de doenças respiratórias e dermatológicas.

Diante desta alarmante situação, a produção de novas tecnologias foi impulsionada no sentido de conter, se não eliminar, tais efeitos danosos, dado que a continuidade das atividades econômicas é fator crucial para o desenvolvimento econômico e social.

Obviamente, tratando-se de recursos escassos, tais tecnologias têm custos elevados, provocando a resistência de muitos empresários à sua adoção, visto o desvio da aplicação de recursos nas atividades operacionais correntes, para investimentos em tecnologias antipoluentes e, principalmente, em função da redução da margem de lucros no curto prazo. No longo prazo, todavia, sem os referidos investimentos a empresa deixará de existir.

Tal resistência começou a ser quebrada diante das pressões dos movimentos ambientalistas locais e internacionais, quanto ao estágio e gravidade da degradação do meio ambiente, as quais motivaram a implementação de ações governamentais mais rigorosas, e que por fim culminaram com surgimento da consciência de responsabilidade social das empresas. Outro fator fundamental para combater tal resistência foi a criação das normas internacionais de qualidade ambiental e a ampla aceitação destas, principalmente, no mercado internacional.

A partir de então, vimos algumas empresas melhorando a qualidade de seu processo operacional, através da compra de novos equipamentos e instalações dotados de tecnologias capazes de reduzir ou eliminar o volume de resíduos poluentes, de equipamentos antipoluentes propriamente ditos, de treinamento da força de trabalho. Ressalte-se que são poucas as empresas que já tomaram tal iniciativa; uma quantidade significativa ainda opera em condições ambientais inadequadas, que são principalmente as de pequeno e médio porte.

Partindo-se da premissa de que a informação tem o poder de inibir práticas ilícitas e estimular comportamentos e procedimentos corretos, a Contabilidade,



objetivando evidenciar a situação econômico-financeira das empresas e o desempenho periódico das mesmas, constitui-se em um adequado sistema de informações quanto à postura ambiental das entidades. Assim sendo, propostas e recomendações (ainda sem força legal) existem no sentido de que as companhias tornem públicos os efeitos de sua interação com o meio ambiente. Os efeitos da interação da empresa com o meio ambiente podem ser identificados por meio:

- dos estoques de insumos antipoluentes para inserção no processo operacional;
- dos investimentos realizados em tecnologias antipoluentes (máquinas, equipamentos, instalações etc);
- do montante de obrigações assumidas pela empresa para recuperação de áreas degradadas ou águas contaminadas, para pagamento de penalidades ou multas decorrentes de infrações à legislação ambiental;
- das reservas para contingências constituídas a partir da forte probabilidade de ocorrência de perdas patrimoniais provocadas por eventos de natureza ambiental;
- do montante de custos e despesas incorridos em prol da contenção dos níveis de poluição e/ou por penalidades recebidas por procedimentos inadequados.

Sob esta proposta, o Balanço Patrimonial, que reflete a situação econômica-financeira das empresas, ou mais precisamente seus bens, direitos e obrigações, poderia discriminar entre os bens e direitos (Ativo) as aplicações de recursos cujo objetivo básico esteja relacionado a proteção, recuperação e restauração ambiental, como os investimentos em estoques de insumos preventivos aos efeitos poluentes; e em bens de longa duração, que serão utilizados no processo de contenção/eliminação da poluição. Estas informações traduziriam o empenho prático da organização no sentido de melhorar a qualidade ambiental do planeta e, por conseguinte, demonstrar sua responsabilidade social, além de servir de parâmetro para a melhoria de suas congêneres.

No ativo poderiam estar representadas ainda, as perdas de ativos, parciais ou totais, por meio de provisão para desvalorização. Tais perdas são aquelas decorrentes da exposição dos ativos aos efeitos da poluição e se traduzem em redução do potencial de uso ou consumo dos bens físicos ou na cessão imediata de utilidade para a empresa. Como exemplo de redução do potencial de uso, há o caso dos equipamentos das companhias de geração e transmissão de energia do Estado de São Paulo, instalados em rios poluídos, os quais tem vida útil 50% menor que os equipamentos semelhantes, da mesma empresa, instalados em rios não poluídos.

O Balanço Patrimonial é formado, também, pelo Passivo, o qual representa as obrigações das empresas para com terceiros. De acordo com as premissas contábeis tais obrigações devem ser reconhecidas a partir do momento em que são conhecidas, mesmo que ainda não haja uma cobrança formal ou legal. Assim sendo, dever-se-ia destacar aquelas que tenham natureza ambiental específica mas, também, reconhecer todas as obrigações cujos fatos geradores já ocorridos configurem responsabilidade da empresa, ainda que através de cálculos estimativos. Assim, teríamos identificado o Passivo Ambiental das empresas. A identificação e divulgação do passivo ambiental, além de ser útil para evidenciar a responsabilidade social das empresas, é de grande relevância para avaliação das condições de continuidade destas, bem como dos riscos oferecidos pela sua manutenção e passíveis de afetarem aqueles que lhes confiam recursos.

Uma empresa considerada potencialmente poluidora, que não adote medidas preventivas para reduzir tal potencial, poderá encontrar dificuldades na sua continuidade em virtude das penalidades, hoje bastante rigorosas seja em função dos altos valores das multas por infrações, seja em decorrência da obrigatoriedade legal de recuperação ou restauração de extensas e geograficamente complexas áreas contaminadas, seja por interdição governamental em casos de infrações abusivas ou reincidentes, seja também, pela falta de crédito junto aos seus fornecedores ou instituições financeiras em face do risco a que estes se vêm submetidos de não recebimento dos valores envolvidos ou pela co-responsabilidade que lhes pode ser atribuída em caso de inviabilidade da empresa. Este é especificamente o caso das instituições

financeiras dos Estados Unidos, as quais podem ser obrigadas a assumir a responsabilidade de danos ambientais das empresas a quem concedem recursos a título de empréstimos. Esta co-obrigação é imputada sob a premissa de que a instituição financeira, antes da concessão do crédito, avalia a situação econômico-financeira e os riscos associados às empresas, às quais emprestam dinheiro.

O Passivo Ambiental das empresas pode ser identificado, entre outras formas, através dos EIA's (Estudo de Impacto Ambiental) e dos RIMA's (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas. O EIA é elaborado na época de constituição da empresa, enquanto que o RIMA é elaborado periodicamente para acompanhamento destes órgãos quanto aos impactos dos procedimentos operacionais das empresas.

No Brasil, estes documentos passaram a ser exigidos, também, para concessão de crédito por instituições governamentais ou repasses de créditos concedidos por agências internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), pelo BIRD (Banco Mundial), Fundo Nakasone, do Japão e Agência Alemã de cooperação (GTZ), de acordo com as diretrizes estabelecidas no convênio, denominado Protocolo Verde, assinado entre o IBAMA ( Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia.

Nas negociações de empresas – compra e venda – a identificação do Passivo Ambiental tornou-se um quesito elementar, dada a responsabilidade que poderá ser imputada aos novos proprietários pelos efeitos nocivos ao meio ambiente provocados pelo processo operacional da companhia ou pela forma como os resíduos poluentes foram tratados, independentemente da pessoa que figure ou que figurou como proprietário na ocasião em que o fato gerador da penalidade ocorreu, em caso de descoberta posterior ao momento da

negociação. E isto pode gerar significativos impactos no fluxo financeiro e econômico da organização.

Nos processos de privatização e de compras a identificação do Passivo Ambiental adquiriu grande relevância na negociação dos valores das transações. Nos processos de incorporação de empresas com características altamente poluentes, em que este item foi ignorado, houve grandes prejuízos para a incorporadora. A apuração contábil do desempenho das empresas, através da demonstração de resultados – pode evidenciar o montante de recursos consumidos naquele período específico para a proteção, controle, preservação e restauração ambiental, como também, identificar o montante de gastos com penalidades e multas.

A evidenciação dos fatores que refletem a interação da empresa com o meio ambiente é fundamental. Qualquer que seja o usuário dessa informação poderá estar interessado na identificação dos riscos de eventual descontinuidade e das perspectivas de continuidade, tendo em vista as ações e pressões governamentais, da comunidade financeira, de crédito, e da sociedade em geral.

Nas avaliações para permissão da instalação e manutenção de empresas em determinados municípios, estas informações poderão ser utilizadas na análise do custo-benefício que poderá ser proporcionado pela vinda da empresa. Como já ressaltamos, a ocupação de mão-de-obra local e o pagamento de impostos podem constituir benefício para a localidade, mas o benefício somente se efetivará se não resultar em deterioração do patrimônio natural.

A Contabilidade presta-se a este tipo de informação porque é responsável pela identificação e apuração dos recursos econômico-financeiros consumidos pelas empresas. Basicamente, todos os procedimentos pertinentes a proteção, recuperação e restauração do meio ambiente envolve o consumo de recursos financeiros e econômicos. Ou seja, o instrumental existe, resta utilizá-lo adequada e oportunamente.

Ressalte-se, todavia, que a evidência dos aspectos econômico-financeiros dos eventos e transações de natureza ambiental não precisa ficar condicionada aos padrões das demonstrações contábeis. À exemplo do que algumas empresas fazem (BSO Origem, da Holanda, ThorEmi e Baxter, dos EUA) um relatório à parte pode divulgar os resultados obtidos pelos esforços da companhia na contenção dos danos ao meio ambiente, o qual servirá, entre outros, aos gestores das áreas operacionais envolvidas para orientação quanto às medidas e recursos necessários para aperfeiçoamento ou manutenção dos melhores resultados. As informações contábeis conjugadas com dados físicos sobre os poluentes produzidos comparativamente à quantidade e tipos produzidos no período imediatamente anterior, bem como, aos níveis permitidos pela legislação ambiental podem ser de grande valia no que tange à avaliação da responsabilidade social de uma empresa.

## **2.3 Os Recursos Humanos**

Por muito tempo, ter um emprego, ter quem empregasse era por si só um grande benefício. A escassez de empregos induzia as pessoas a sacrifícios exagerados para a manutenção dos mesmos. Os cargos disponíveis eram largamente disputados em troca de uma remuneração irrisória, sem qualquer condição de segurança ou de saúde ocupacional, muitas vezes obrigando crianças ao trabalho para a complementação da renda familiar mínima. Sabe-se que esta não é uma situação totalmente extinta, porém, quantitativamente houve grandes avanços. Este tipo de situação contribuiu fortemente para a degeneração do ser humano no que tangia o seu convívio na sociedade e mesmo na vida familiar, uma vez que eram condenados à marginalidade e à abstinência de fatores elementares para sobrevivência.

Por força das pressões dos movimentos sindicalistas, governamentais, de direitos humanos surgiu a consciência de responsabilidade social, também sob este aspecto. Atualmente, com maior ou menor nível de escassez de cargo, as empresas são obrigadas à implementação e manutenção de condições adequadas quanto a segurança e saúde ocupacional de seus funcionários, bem como, estão proibidas de utilizar mão-de-obra infantil (obviamente há

casos de transgressões) e também, tem de limitar a ocupação de seus funcionários a 8 horas diárias ou até menos, conforme as características da atividade desenvolvida.

Aliado a isto, as entidades de classe passaram a exigir remunerações condizentes com os cargos ocupados, na forma direta (salários) ou indireta (planos de assistência médica, auxílio transporte, “vales refeição”, cesta básica alimentar, auxílio natalidade, salário família etc). O conjunto destes fatores que remuneram o trabalho da mão-de-obra empregada resulta na satisfação, realização e valorização pessoal do trabalhador social, econômica e psicologicamente e, por conseguinte da sociedade como um todo.

O empresariado conscientizou-se de que benefícios adicionais aos determinados por lei (e também, por força das pressões externas) eram necessários para estimular seus colaboradores. Sob o ponto de vista empresarial, estes benefícios visam a otimização dos resultados esperados das atividades. Apesar das resistências iniciais quanto à sua instituição, percebe-se que eles contribuem para a produtividade da empresa.

A assistência médica oferecida pelas empresas reduz as ausências dos funcionários, fazendo com que estes recorram em número bem menor aos serviços públicos de saúde, os quais, abarrotados pela imensa procura e carentes de profissionais para atendimento, consumiam grande parte do tempo de seus usuários somente em filas de espera. O fornecimento de refeições, ou de “vale-alimentação” contribuiu para a “melhor” alimentação dos empregados, ainda que em alguns casos esteja distante da necessidade real destes e de seus familiares e, conseqüentemente, resultou em mais forças e energia para a execução das tarefas. Os programas de treinamento profissional e de formação básica refletem na produtividade à medida que, mais esclarecidos, os funcionários incorrem em menor quantidade de erros. A limitação da carga horária de trabalho diário em geral e, por profissões específicas, de acordo com as características das atividades, também é um fator fundamental na redução de falhas, diante das melhores condições físicas de que dispõe um trabalhador que tem as horas adequadas para o necessário descanso. A ajuda de custo para transportes também é um fator decisivo nas condições físicas do

empregado que muitas vezes se via obrigado, em função de baixa remuneração, a percorrer longas distâncias a pé. A cesta alimentar também constitui fator estimulante para os funcionários, pois como os demais benefícios representa um complemento salarial, o qual muitas vezes serve para aliviar as preocupações do trabalhador com os recursos para sua alimentação mínima e de seus familiares, revertendo portanto em maior atenção para o processo operacional da empresa. Voltando-se aos aspectos sociais, a concessão destes benefícios reflete a responsabilidade social da empresa no que tange à contribuição para a melhoria das condições de vida da sociedade, essencialmente dos habitantes da comunidade onde está instalada.

Muitas vezes se ouve dizer que esta é uma responsabilidade do governo. Todavia, há lógica em se esperar que a empresa proporcione benefícios em troca dos que obtém em função da permissão de instalação e de continuidade, dos serviços prestados pelos funcionários e de sua aceitação pela sociedade. Trata-se da velha premissa de que “é dando que se recebe”.

Obviamente, fazer não basta, é preciso fazer certo e mostrar que fez. Assim, na configuração do Balanço Social, propõe-se que a empresa demonstre a quantidade de funcionários que emprega, sua distribuição por sexo, idade, formação escolar, cargos ocupados; total da remuneração, benefícios oferecidos como: treinamento, assistência médica e social, auxílio alimentar (vale refeição e cesta básica alimentar), transporte, bolsas de estudos. Estas informações, além de evidenciarem a responsabilidade social da empresa, pode auxiliar no processo de melhorias dos serviços públicos, na medida que são identificados os setores não atendidos, ou menos beneficiados. Por exemplo, se a empresa mantém escola de nível básico para seus funcionários, familiares destes e para a comunidade local, a Prefeitura do município poderá realocar os recursos que seriam utilizadas nestes serviços para outras áreas carentes, como a saúde, o saneamento básico, transportes coletivos etc. ou aplicar na própria área educacional de forma a atender satisfatoriamente a parcela da população não atendida. Em outro caso, se a empresa sediada em área afastada propicia o transporte de seus funcionários, o governo municipal poderá aplicar os recursos destinados à implementação e

manutenção dos transportes públicos em outras áreas (como a pavimentação, por exemplo) ou pelo menos reduzir o seu gasto de recursos nesta finalidade.

Sob os aspectos educacionais, via de regra, nota-se um descompasso entre as necessidades de formação na vida profissional e o currículo escolar. A informação quanto à formação escolar e cargos ocupados pode servir de direcionadores para a correção dos programas escolares, de forma a atender as necessidades evidenciadas.

Os dados relativos à composição da mão-de-obra, por idade e sexo pode deixar evidenciadas as carências existentes quanto às faixas etárias e sexo não absorvidos. Com isso, as providências governamentais podem ser agilizadas para a busca de uma solução. Ou mesmo, pode estimular a criação de novas atividades econômicas que possam ser desenvolvidas com a referida mão-de-obra não utilizada.

O Balanço dos Recursos Humanos empregados e beneficiados pelas empresas poderá ser elaborado pela Contabilidade em conjunto com o departamento responsável pela administração dos recursos humanos da empresa. O perfil da força de trabalho e os benefícios que lhe são proporcionados poderão ser definidos em conjunto e correlacionados com os eventos e transações econômico-financeiros que afetam a situação patrimonial e resultados, de forma a demonstrar o retorno auferido pela empresa, como aumento de produtividade, redução de gastos com departamento médico e até valorização do patrimônio da entidade. É de se lembrar que para muitas empresas os recursos humanos que elas empregam constituem o seu mais valioso ativo.



### **3 – HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL**

Desde o início do século XX registram-se manifestações a favor deste tipo de comportamento. Contudo, foi somente a partir dos anos 60 nos Estados Unidos da América e no início da década de 70 na Europa - particularmente na França, Alemanha e Inglaterra - que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

A idéia de responsabilidade social das empresas popularizou-se, nos anos 70, na Europa. E foi a partir desta idéia, que em 1971 a companhia alemã STEAG produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. Porém, o que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais, propriamente dito, aconteceu na França em 72: foi o ano em que a empresa SINGER fez o, assim chamado, primeiro Balanço Social da história das empresas. O objetivo inicial era tornar a entidade mais acreditada aos olhos de seu pessoal.

Na França, várias experiências consolidaram a necessidade de uma avaliação mais sistemática por parte das empresas no âmbito social. Até que em 12 de julho de 1977, foi aprovada a Lei 77.769, que tornava obrigatória a realização de Balanços Sociais periódicos para todas as empresas com mais de 700 funcionários. Este número caiu posteriormente para 300 funcionários.

#### **3.1 Evolução no Brasil**

No Brasil a idéia começa a ser discutida ainda nos anos 60 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Um dos princípios desta associação baseia-se na aceitação por seus membros de que a empresa, além de produzir bens e serviços, possui a função social que se realiza em nome dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade.

Embora a idéia já motivasse discussões, apenas em 1977 mereceu destaque a ponto de ser tema central do 2º Encontro Nacional de Dirigentes de

Empresas. Mas somente em 1984 é publicado o primeiro balanço social de uma empresa brasileira, a Nitrofértil. Oito anos depois, o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) publicou um relatório completo divulgando todas as suas ações sociais; e a partir de 1993, várias empresas de diferentes setores passaram a divulgar o balanço anualmente. A proposta ganha maior destaque na mídia e visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, lançou, em 16 de junho de 1997, uma campanha pela divulgação do balanço social. Com o apoio de lideranças empresarias, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia do Ministério da Fazenda que fiscaliza as bolsas de valores; da Gazeta Mercantil, o mais importante jornal especializado em economia e negócios do Brasil; de muitas empresas (Xerox, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Glaxo Wellcome, Usiminas, entre outras); e de suas instituições representativas (Firjan, Abrasca, Abamec, Febraban, Associação Comercial do Rio de Janeiro), a campanha decolou e vem suscitando uma série de debates através da mídia e em seminários, encontros e simpósios.

Em novembro de 1997, novamente em parceria com a Gazeta Mercantil, o Ibase lançou o Selo do Balanço Social para estimular a participação das companhias. O selo, num primeiro momento, será oferecido a todas as empresas que divulgarem o balanço social no modelo proposto pelo Ibase.

Hoje, apesar de ainda tramitar no Congresso Nacional projeto regulamentando e dispondo sobre a obrigatoriedade do balanço social, já é possível apostar no sucesso da campanha independentemente de sua elaboração vir a ser obrigação legal, porque o processo de construção de uma nova mentalidade empresarial está em curso. O projeto de lei n.º 3.116/97, de autoria das deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, prevê a obrigatoriedade para as empresas privadas com cem empregados ou mais, e para as demais, independentemente do número de funcionários.

Há muito fala-se em responsabilidade social da empresa. E, de fato, pode-se observar que algumas empresas, aqui no Brasil, têm levado a sério suas relações com a comunidade, com o meio ambiente e com seu próprio corpo de funcionários. Até porque, nos últimos anos, essas relações tornaram-se uma

questão de estratégia financeira e de sobrevivência empresarial, quando pensamos a longo prazo. Isto sem falar, é claro, do lado ético e humano que a responsabilidade social envolve, e por sua vez, pode desenvolver.

A função principal do balanço social da empresa é tornar público a responsabilidade social da empresa. Isto faz parte do processo de pôr as cartas na mesa e mostrar com transparência para o público em geral, para os atentos consumidores e para os acionistas e investidores o que a empresa está fazendo na área social. Assim, para além das poucas linhas que algumas empresas dedicam nos seus balanços patrimoniais e dos luxuosos modelos próprios de balanço social que estão surgindo, é necessário um modelo único - simples e objetivo. Este modelo vai servir para avaliar o próprio desempenho da empresa na área social ao longo dos anos, e também para comparar uma empresa com outra. Empresa que cumpre seu papel social atrai mais consumidores e está investindo na sociedade e no seu próprio futuro. E mais ainda, tem o direito, antes do dever, de dar publicidade às suas ações. Porém, esta propaganda será cada vez mais honesta e verdadeira, na justa medida em que utilizar parâmetros iguais e permitir comparações por parte dos consumidores, investidores e da sociedade em geral (Torres).

O objetivo principal de quem atua nesta área deve ser, obviamente, a diminuição da pobreza e das injustiças sociais, através da construção de uma cidadania empresarial. Ou seja, desenvolver uma sólida e profunda responsabilidade social nos empresários e nas empresas, na busca por um maior, melhor e mais justo desenvolvimento humano, social e ambiental.

A ampliação do número de empresas que publiquem seu balanço social também neste modelo único deve ser o grande objetivo deste momento, e por isso, é preciso somar esforços. E cabe aqui ressaltar que se o custo de publicar um balanço social neste modelo simples é bem próximo a zero, esta decisão passa para esfera da vontade política e do nível de compromisso que cada empresa tem com a sociedade.

Foi por isso que em 1997 o Ibase realizou um amplo seminário no Rio de Janeiro, em parceria com diversas empresas públicas e privadas, onde a discussão em torno da importância da realização do balanço social e da própria

responsabilidade social reacendeu-se e voltou a pautar a agenda de empresas, da imprensa, de organizações não-governamentais, de institutos de pesquisa e até de instâncias de governo. Para dar prosseguimento a este último grande desafio lançado pelo sociólogo Herbert de Souza , realizou-se outro seminário em setembro de 1998 (tendo a Petrobrás e o Jornal Gazeta Mercantil como parceiros), onde destacou-se a importância do reconhecimento e fortalecimento do "Selo Balanço Social" que está sendo fornecido pelo Ibase às empresas que publicam seu balanço social anualmente.

Algumas iniciativas de se lançar a idéia e a prática da realização do balanço social e de estímulo à responsabilidade social das empresas vêm acontecendo nos últimos anos. Porém, mais do que nunca, precisam continuar, ser ampliadas e incentivadas. Desta forma, o Ibase vem colocando em foco este tema, por acreditar que a parceria entre empresas, governo e sociedade é fundamental para reduzir a pobreza e a injustiça social, promovendo um maior progresso e desenvolvimento social e humano. Contudo, muito ainda precisa ser estudado, pesquisado, e realizado na prática para que esta idéia possa, de fato, gerar frutos concretos para toda sociedade.

### **3. 2 O BALANÇO SOCIAL E A TRANSPARÊNCIA DAS EMPRESAS.**

A publicação de balanço social tanto nos aspectos qualitativo quanto quantitativo já é uma realidade e evidencia as ações sociais de um número cada vez mais crescente de empresas públicas e privadas.

A publicação do Balanço Social objetiva dar publicidade, ou seja, tornar públicos os esforços desenvolvidos pela empresa no atendimento das demandas sociais do ambiente de sua inserção. Trata-se de incutir nas empresas responsabilidades sociais com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, à comunidade onde atuam e com o meio ambiente.

O conceito de responsabilidade social das empresas já é bastante difundido na maioria dos países desenvolvidos. No Brasil, só mais recentemente, devido à luta de Herbeth de Souza, para que as empresas assumissem compromissos a favor do bem-estar da comunidade onde atuem, o Balanço Social é a concretização desse apelo.

O IBASE, fomenta a prática de divulgação do Balanço Social e, como instrumento de sua ação, criou um selo de identificação da “empresa-cidadã” que é aquela que, no desenvolvimento de suas atividades, tem comprometimento com a qualidade de vida da sociedade (Reis,1999).

Mais uma vez, tem-se como lema de preocupação da sociedade civil o controle social sobre o Estado, através de suas empresas públicas, e também da iniciativa privada, no campo de suas atuações nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente etc.

Desse modo, vê-se a sociedade a exigir a extensão do princípio da publicidade, característico da administração pública, também à iniciativa privada, haja vista que as ações praticadas por essas empresas em resposta às suas responsabilidades de cunho social precisam ser avaliadas quantitativa e qualitativamente pela sociedade.

A adesão progressiva das empresas a esse novo conceito vem evidenciar que, a favor dos seus negócios, a publicação do Balanço Social tem se tornado um fator importante e quem sabe decisivo no futuro próximo.

### 3.3 Composição do Balanço Social

A entidade não é apenas um aglomerado de recursos materiais e humanos, que produz e/ou transforma bens e os coloca no mercado; ela é acima de tudo um poder que representa uma força sócio-econômica-financeira determinada, com sua potencialidade de emprego, de expansão, de criatividade, que pode influenciar na melhor ou pior qualidade de vida da cidade em que está”. No Balanço Social, a entidade tem a oportunidade de demonstrar essa face, apresentando sua influência e participação na economia local, nacional e até internacional.

O IBASE lançou o modelo, conforme abaixo, de Balanço Social, o qual é uma das metodologias mais aplicadas pelas empresas brasileiras.

#### MODELO DE BALANÇO SOCIAL

Indicadores	Itens incluídos
1.1) Receita Líquida	· Receita bruta excluída dos impostos e contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
1.3) Folha de Pagamento Bruta	· Valor total da folha de pagamento
2.1) Alimentação	· Restaurante, ticket-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com alimentação dos empregados
2.3) Previdência Privada	· Planos especiais de aposentados, fundações previdenciárias, complementações de benefícios aos aposentados e seus dependentes
2.4) Saúde	· Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas

	de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados
2.5) Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Treinamentos, programas de estágios, (excluídos salários), reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal), e outros gastos com educação e treinamentos de funcionários</li> </ul>
2.6) Creche / Auxílio Creche	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Creche no local ou auxílio creche aos funcionários</li> </ul>
2.7) Participação nos lucros ou resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Participações que não caracterizem complemento de salários</li> </ul>
2.8) Outros benefícios	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimo (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradias e outros benefícios oferecidos aos empregados</li> </ul>
3.1) Tributos (excluído enc. sociais)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais</li> </ul>
3.2.) Contribuições para a sociedade/ investimentos na cidadania	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados)</li> <li>· Despoluição, gastos com a introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem maior qualidade ambiental na operação da empresa</li> </ul>
3.3.1) Relacionados com a operação da empresa	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ambientais e outros
3.3.2) Em programas/ projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ambientais e outros
4) Outras informações relevantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Espaço disponível para que a empresa agregue outras informações que considere reveladoras de sua ação social</li> </ul>

Diversas iniciativas parlamentares em municípios brasileiros tornaram realidade a instituição do Selo Empresa-cidadã. Tem-se o receio de que a obrigatoriedade por via legal acabe por motivar artifícios por parte das

empresas para a não adoção e publicação dos seus balanços sociais. Até então, as regras de mercado têm trabalhado a favor da conscientização das empresas quanto à importância de suas participações na melhoria do bem-estar da sociedade, em contrapartida de uma melhor receptividade da população aos negócios dessas empresas.



#### **4 - O Valor Adicionado pelas Empresas.**

Foram abordadas as questões ambientais e de recursos humanos associadas à condução das atividades econômicas, ressaltando sempre o envolvimento dos aspectos econômico-financeiros envolvidos nesta interação e a compensação dos recursos consumidos pelos benefícios gerados, sob estas abordagens específicas.

Sob uma abordagem mais ampla, a Contabilidade utiliza a Demonstração do Valor Adicionado, para identificar e divulgar quanto a atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local, como e para quem os distribui.

Esta é uma informação de fundamental importância para a gestão econômica governamental regional, dado que a instalação de uma empresa consome, necessariamente, recursos públicos, por meio da implementação de infra-estrutura básica como: asfalto, rede de água e esgoto etc ou na forma de subsídios, redução de impostos permanente ou temporariamente. Para avaliação de investimentos faz-se necessário identificar os benefícios que podem gerar (ou que estão gerando) frente aos recursos que consomem de modo a se aferir as vantagens da permissão de sua instalação ou continuidade. Ou, ainda, para induzi-las à melhoria de seu comportamento social e econômico.

Idealmente, a empresa instalada em um determinado município deve empregar a mão-de-obra local, gerar benefícios para estes e seus familiares, além da comunidade que a cerca. Vivemos sob uma forma de administração pública descentralizada, ou seja, cada município recebe uma verba dos governos estadual e federal, e a completa com impostos municipais arrecadados, devendo gerenciar o atendimento das necessidades básicas de infra-estrutura e urbanização da cidade. Claro está que há necessidade de fomentar a criação de atividades econômicas que gerem impostos para complementar recursos e também ocupar a mão-de-obra disponível.

Empregar a mão-de-obra local implica em reduzir os serviços assistenciais do governo e em incentivar a criação de novos postos de trabalho e de geração de impostos, como as atividades comerciais e de serviços, além, obviamente, de elevar a renda da comunidade. Contudo, se uma indústria obtém autorização para funcionamento em um município, mas utiliza mão-de-obra de outros municípios, os recursos distribuídos a título de remuneração serão consumidos neste outro município, desestimulando com isso a criação de atividades econômicas que pudessem absorver tais recursos, e a força de trabalho disponível. No entanto, a indústria terá consumido os recursos municipais com o uso da infra-estrutura que lhe foi entregue.

Tomando como exemplo uma empresa que consome todos os recursos já mencionados, o único benefício que propicia é o emprego dos moradores da cidade e não adiciona nenhum valor durante o seu processo produtivo. Esta é uma situação não muito comum, mas configuraria poucas alternativas de continuidade, dado que esta requer o reinvestimento dos resultados positivos, ou seja, dos lucros, na manutenção da empresa. Os sócios não podem estar permanentemente aportando novos recursos à companhia, esta deve ter condições para sua auto-manutenção. É necessário que seja agregado algum valor aos produtos da empresa de forma a justificar um sobrepreço que permita sua continuidade.

O valor adicionado constitui-se da receita de venda deduzido dos custos dos recursos adquiridos de terceiros como: matéria-prima, mercadorias para revenda, serviços de terceiros, energia elétrica, enfim todos os insumos adquiridos de terceiros e consumidos durante o processo operacional. O resultado representa o que a empresa adicionou aos insumos/serviços adquiridos de terceiros para chegar ao seu produto/serviço final; corresponde, portanto, à riqueza gerada. É o que tem se convencionado denominar Valor Adicionado Bruto.

Todavia, a empresa utiliza-se também de instalações, máquinas, equipamentos e outros ativos de vida útil mais extensa, diminuindo-lhes o potencial de uso. Tal redução de potencial de uso na Contabilidade é refletida pela depreciação, amortização e exaustão. Assim sendo, dada a

essencialidade do consumo parcial destes ativos para a geração da riqueza, seu valor deve ser deduzido do valor adicionado bruto, conduzindo ao valor adicionado líquido, o qual reflete a efetiva contribuição da empresa para a economia local.

Há ainda que se mencionar os valores recebidos de outras empresas sem sacrifícios operacionais, como o caso do resultado de participações societárias. A investidora realizou o investimento em algum momento passado, e nos períodos posteriores apenas receberá os frutos desta aplicação, sem qualquer esforço, pelo menos em princípio. O mesmo acontece com as receitas financeiras. Não há esforço da investidora, ela apenas aplica seus recursos no mercado e, dependendo das oscilações destes é que será sua receita.

Assim, o valor adicionado líquido somado às receitas recebidas em transferência demonstrará o total dos recursos distribuídos.

A distribuição do valor adicionado reflete quem são os beneficiados com o desempenho da empresa como: empregados, governo, terceiros, acionistas, os quais os quais estão representados pela remuneração do pessoal e encargos sociais; impostos sobre vendas, produção e serviços, taxas e contribuições; juros sobre capital de terceiros e próprio, dividendos, aluguéis de móveis e imóveis e por fim pode ser retido a título de reinvestimento na organização.

A análise da distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados. Este tipo de informação serve para avaliar a performance da empresa no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional e estimular ou não a continuidade de subsídios e incentivos governamentais. Em um contexto maior, pode servir de parâmetro para definição do comportamento de suas congêneres. Note-se, novamente, que o banco de dados necessário para a elaboração desta demonstração já está disponível na Contabilidade, fazendo-se necessário apenas um estímulo para que seja utilizado.

Ter informações sobre a conduta operacional, econômica e financeira das empresas é um fator primordial para a gestão governamental, seja municipal, estadual ou federal, principalmente no que se refere à alocação dos escassos

recursos. O instrumento já existe: a Contabilidade. Por meio da identificação, mensuração e divulgação dessas referidas informações a Contabilidade pode contribuir muito com o governo e com a sociedade em geral, na busca de soluções para os emergentes e crescentes problemas sociais, principalmente no Brasil, país em desenvolvimento, com notória carência de recursos financeiros.

A seguir, um modelo de Demonstração do Valor Adicionado, adotado por algumas empresas.

#### 4.1 Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

##### EMPRESA:

##### DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO DE 2002

DESCRIÇÃO	EM MILHARES DE REAIS
<b>1. RECEITAS</b>	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos Reversão	
1.3) Não operacionais	
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias vendidas e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	
<b>4. RETENÇÕES</b>	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	
6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	

##### 1. RECEITAS

1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços

1.2) Provisão p/ devedores duvidosos Reversão

1.3) Não operacionais

##### 2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS

2.1) Matérias-primas consumidas

2.2) Custo das mercadorias vendidas e serviços vendidos

2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros

2.4) Perda/Recuperação de valores ativos

##### 3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)

##### 4. RETENÇÕES

4.1) Depreciação, amortização e exaustão

##### 5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)

##### 6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial

6.2) Receitas financeiras

##### 7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)

##### 8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

**8.1) Pessoal e encargos**

---

**8.2) Impostos, taxas e contribuições**

---

**8.3) Juros e aluguéis**

---

**8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos**

---

**8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício**

---

**\* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7**

## 4.2 Exemplo de informações geradas através da Demonstração do Valor Adicionado

	299.128
<b>RECEITAS</b>	
Uso da rede elétrica e outras receitas operacionais	303.047
Provisão p/ créditos de Liquidação Duvidosa	(282)
Resultado não operacional	(3.637)
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>24.410</b>
Insumos consumidos	0
Outros insumos adquiridos (outras despesas operacionais)	9.458
<b>Material e Serviços de terceiros</b>	<b>14.952</b>
materiais	4.758
serviços terceiros	10.194
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>274.718</b>
<b>(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO</b>	<b>34.055</b>
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>240.663</b>
<b>(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO</b>	<b>5.140</b>
Receitas financeiras	5.140
Resultado da equivalência patrimonial	
<b>(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>245.803</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>	
<b>PESSOAL</b>	<b>7.031</b>
Remunerações	40.882
Encargos sociais (exceto INSS)	3.240
Entidade de previdência privada	14.989
Auxílio Alimentação/Educação	2.672
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	5.613
Provisão gratificação	-
Convênio assistencial e outros benefícios	-
Participação nos resultados	(48.785)

Custos imobilizados	(11.580)
<b>GOVERNO</b>	<b>50.813</b>
INSS (sobre folha de pagamento)	10.856
ICMS	-
Imposto de renda	16.503
Contribuição Social	5.039
Pasep	2.202
Cofins	9.091
Outros (icms,Issqn/RGR/Taxas reg...)	7.122
<b>FINANCIADORES</b>	<b>101.021</b>
Juros e Variações Cambiais	101.021
Aluguéis (outras despesas operacionais)	
<b>ACIONISTAS</b>	<b>86.938</b>
Remuneração do capital próprio	-
Lucros retidos	86.938
<b>(=) VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO</b>	<b>245.803</b>

## CONCLUSÃO

O Balanço Social se traduz em uma ferramenta para as organizações, na medida em que disponibiliza para o empresário informações nas quais possa refletir, medir e sentir como vai sua empresa no que tange aos aspectos sociais, possibilitando que se faça uma análise do desempenho da empresa, bem como avaliar a interação da organização com os funcionários e a sociedade. É evidente a que existe uma crescente preocupação com as questões sociais, bem como com a adoção de uma postura de ética no desenvolvimento das atividades empresariais.

Isto pode ser verificado pelo número expressivo de empresas que vêm se preocupando com a responsabilidade social em seus negócios, na medida em que promovem o desenvolvimento social de seus empregados, bem como da comunidade em que estão inseridas. Em parte essa preocupação se deve ao fato que, na medida em que as organizações conduzem seus negócios voltados para o social, acabam tendo um diferencial perante seus concorrentes, que acaba criando condições favoráveis para a sua continuidade.

A adoção do Balanço Social acaba gerando uma melhoria no relacionamento com os funcionários, pois estes recebem um estímulo para trabalharem em um ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento, tanto como seres humanos, quanto como empregados. Para a empresa, o reflexo de uma imagem positiva junto ao público (clientes, fornecedores e comunidade), acaba gerando uma maior demanda por seus produtos/serviços e potencializa a criação de novos mercados e identifica novas oportunidades.

A responsabilidade social não deve ser uma preocupação apenas das grandes empresas, mas de todos os empresários que se preocupam com o público afetado pelas suas atividades e podem dar sua parcela de contribuição à sociedade. Algumas organizações justificam sua contrariedade em relação ao tema por entenderem que já cumprem sua função social ao pagar tributos e seguir a legislação trabalhista. Este fato demonstra que para muitas empresas a noção de responsabilidade social está restrita simplesmente ao objetivo de gerar lucro.



Uma das maiores contribuições do Balanço Social é a possibilidade de gerar modificações na estrutura humana da empresa e na postura de seus integrantes a respeito de aspectos relevantes na vida da comunidade empresarial e na comunidade em que a organização está inserida. Nas palavras do Sociólogo Herbert de Souza: “Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática”.

Juntamente com o Balanço Social, as empresas publicam ainda uma outra ferramenta de extrema importância para os gestores das organizações: trata-se do Demonstrativo do Valor Adicionado – DVA. Através deste , é possível verificar o montante de riqueza produzida pela empresa, bem como de que maneira esta riqueza é distribuída entre funcionários, fornecedores, governo e a sociedade. É uma ferramenta importante, pois identifica quanto a atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local, como e para quem as distribui.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Assembléia Legislativa de Brasília. **Projeto de Lei nº 3.116 de maio De 1997**. Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling.

COGE. Subcomitê de Recursos Humanos. **Balanço Social de empresa**. Rio De Janeiro, 1985. 74p.

GONCALVES, Jose Ernesto Lima. **Balanço Social da Empresa na América Latina**. São Paulo, Pioneira, 1980. 89p.

LANZARINI, Ernildo. **Ética de Negócios**. Curitiba, 2002.

LÁZARO e RIBEIRO (Professores do Departamento de Contabilidade FEA/USP). **Balanço Social**. *São Paulo*, 2002.

NEVES, Silvério das. **Contabilidade Avançada e Análise das Financeiras**. São Paulo, Frase Editora, 1999.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: Uma Abordagem da transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo. Atlas, 2001. 243p.

TORRES, Ciro (coordenador). **Seminário Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**, Ibase

[www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br) , 2003.

## ANEXOS

**MODELO DE BALANÇO SOCIAL PUBLICADO – EMPRESA: INEPAR –  
ANO 2002**

<b>Empresa: INEPAR</b>			
<b>1. Base de Calculo</b>	<b>Valor (mil reais)</b>		
Receita Líquida (RL)		697.389	
Resultado Operacional (RO)		-224.106	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		100.857	
<b>2. Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	5.138	5,09%	0,74%
Encargos sociais compulsórios	36.613	36,30%	5,25%
Previdência privada	0	0,00%	0,00%
Saúde	2.544	2,52%	0,36%
Segurança e medicina no trabalho	5.059	5,02%	0,73%
Educação	2.160	2,14%	0,31%
Cultura	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	222	0,22%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	18	0,02%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%
Outros	1.766	1,75%	0,25%
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>53.520</b>	<b>53,07%</b>	<b>7,67%</b>
<b>3. Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	235	-0,10%	0,03%
Cultura	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	2	0,00%	0,00%
Habitação			
Esporte	0	0,00%	0,00%
Lazer e diversão			
Creches			
Alimentação			
Combate à fome e segurança alimentar	76	-0,03%	0,01%
Outros	0	0,00%	0,00%
<b>Total das contribuições para a Sociedade</b>	<b>313</b>	<b>-0,14%</b>	<b>0,04%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	55.389	-24,72%	7,94%
<b>Total Indicadores Sociais Externos</b>	<b>55.702</b>	<b>-24,86%</b>	<b>7,99%</b>
<b>4. Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	934	-0,42%	0,13%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	62	-0,03%	0,01%
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>996</b>	<b>-0,44%</b>	<b>0,14%</b>
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	cumpre de 76 a 100%		
<b>5. Indicadores do Corpo Funcional</b>			
Nº de empregados(as) ao final do período		3.970	
Nº de admissões durante o período		3.756	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		237	

Nº de estagiários(as)		54	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		966	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		182	
Nº de cargos de chefia ocupados por mulheres		2	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa			
Nº de cargos de chefia ocupados por negros(as)			
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais		98	
<b>6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>			
Relação entre a maior e a menor remuneração da empresa		30,1	
Número total de acidentes de trabalho		203	
Os projetos sociais ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	direção e gerências		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	segue as normas da OIT		
A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos		
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2002:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	% governo    % colaboradores(as)		
	% acionistas    % terceiros    % retido		

## PROJETOS DE LEI - ESFERA FEDERAL

### Projeto de Lei (PL) 3.116/97

Marta Suplicy e outras duas deputadas (Maria da Conceição Tavares - PT/RJ e Sandra Starling - PT/MG, que terminaram seus mandatos em 31 de janeiro de 1998) apresentaram o Projeto de Lei (PL) 3.116/97, que criava e tornava obrigatório o balanço social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com 100 ou mais empregados. Este PL chegou até a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados em 19.06.1997 e foi arquivado em 01/02/98. O relator foi o deputado Jair Meneghelli (PT-SP). Este PL foi arquivado de acordo com o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina que os projetos que não tenham sido aprovados por todas as comissões temáticas (além da Comissão do Trabalho, o projeto do balanço social teria que passar ainda pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição e Justiça) até o fim da legislatura, sejam automaticamente arquivados quando inicia-se a próxima.

### Projeto de Lei (PL) nº 0032 de 1999

Tramita atualmente na Câmara dos Deputados o PL 032/99, de autoria do deputado Paulo Rocha - PT/PA. Foi apresentado no dia 03/02/99. Este PL é a reapresentação do PL da deputada Marta Suplicy. Atualmente o projeto está na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (onde foi apresentado no dia 21/06/99), e um novo relator está sendo articulado. O relator anterior era o Deputado Roberto Argenta. Em breve, a íntegra do PL estará disponível aqui. Maiores informações: [dep.paulorocha@camara.gov.br](mailto:dep.paulorocha@camara.gov.br)

Últimas informações: O PL 32/99 do Dep. Federal Paulo Rocha, que cria o Balanço Social, foi aprovado na Comissão do Trabalho em 17/11/1999 e seguirá tramitando agora na Comissão de Finanças. Posteriormente, se aprovada, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça.

## **Câmara dos Deputados**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.116 DE 1997**

( Das Sras. Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling)

Cria o balanço social para as empresas  
que menciona e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I – as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º. O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III – valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tiquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações providenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade ( não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

Parágrafo Único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4º. As empresas mencionadas no artigo 1º. deverão dar publicidade ao seu balanço social, na forma do artigo 7º e 8º. desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.



Parágrafo Único: As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico- social, em nível nacional e regional.

Art. 6º É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do balanço social.

Art. 7º O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8º É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgão governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9º As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 10 As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo Único: O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1º ao final de cada exercício.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICATIVA

Um dos consensos mundiais neste final de século, expressado inclusive na Cúpula do Desenvolvimento Humano de Copenhague/95, diz respeito ao compromisso das empresas de se empenharem na promoção do desenvolvimento social.

Nas últimas décadas, assiste-se a uma crescente preocupação das empresas, no Brasil e em todo o mundo, em realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde a empresa se insere.

Em nosso país, medidas de diferentes naturezas (incentivos fiscais, por exemplo) já têm sido tomadas com o intuito de estimular tais práticas.

Amplia-se a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos, em programas ou projetos que beneficiam não só os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, mas também outros setores sociais.

Ao mesmo tempo, novos contextos marcam o mundo do trabalho, tais como a diminuição do trabalho assalariado, aumento da participação feminina e processos de reconversão tecnológica. Novos mecanismos de negociação entre empregados e empregadores são estabelecidos e se consolida, cada dia mais, a necessidade de maior visibilidade de indicadores desses contextos.

Acrescer a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social é responder a uma demanda de prestação de contas formal dos investimentos feitos na empresa.

Registre-se que desde 1977 é obrigatória, na França, a elaboração do Balanço Social das empresas, com grande detalhamento dos padrões de atendimento aos trabalhadores.

Trazendo o debate para o Brasil, este tema tem merecido a atenção de Herbert de Souza, o Betinho, que propôs que fossem incluídas no Balanço Social novas dimensões, incorporando os investimentos das empresas na comunidade externa à empresa (Folha de São Paulo, 26.03.97).

Apresentá-los numa só peça demonstrativa contribuirá para identificar o *perfil social das empresas*. Não gera novos encargos, nem novas cláusulas sociais, apenas expõe a realidade.

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compensação de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campos das políticas sociais.

Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na busca de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1997.

Deputada **MARTA SUPPLY** (PT/SP)

Deputada **MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES** (PT/RJ)

Deputada **SANDRA STARLING** (PT/MG)